

A POLÍTICA DE ALIANÇAS EM PERNAMBUCO: CONFRONTO IDEOLÓGICO? (1958/1962)¹

Roberto Ramos Santos*

"Eleições é julgamento político,
pertence à história."
Cristina Tavares

A literatura política produzida sobre Pernambuco, em quase toda sua totalidade, tem chamado a atenção para a existência de um padrão político bipartidário e um comportamento eleitoral marcado por uma clivagem ideológica. Para os especialistas, ao contrário de outras Unidades da Federação como São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro onde o pluripartidarismo do tipo moderado (Sartori, 1982) com a presença de quatro ou cinco agremiações competitivas parece ser evidente, Pernambuco é dotado de uma tradição política bipolar; o que em outras palavras significa que as suas disputas eleitorais majoritárias ocorreram freqüentemente entre dois partidos políticos com reais chances de poder que polarizaram o jogo eleitoral. (Azevedo 1990; Reis 1982 e Pandolfi 1984). Essas disputas, por sua vez, são vistas também, marcando um confronto ideológico nítido entre um bloco de "esquerda" e outro de "direita". Neste artigo farei um rápido exame do surgimento das teses de bipartidarismo e clivagem ideológica e, em seguida, analisarei as alianças eleitorais da esquerda pernambucana nas eleições de 1958 e 1962 que, ao meu ver, são suficientes para questionar a validade da tese de polarização ideológica².

¹ Este artigo é uma versão resumida do primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado, *A Política de Alianças: voto e coligações eleitorais em Pernambuco*, defendida em 1994 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

* Professor de Ciência Política da UFRR.

² O conceito de aliança encontra-se aqui de forma genérica significando um acordo entre duas ou mais pessoas com vistas a realização de determinados fins. No nosso caso, trata-se de uma união no sentido político com objetivos eleitorais. Por coligação entendemos como um acordo formalizado entre partidos políticos visando disputar o poder numa mesma chapa eleitoral. (Silva, 1988:209).

Perfil Bipartidário e Rivalidade Ideológica

O confronto bipartidário no estado é apontado como um fenômeno que surgiu especialmente a partir de 1945, quando o país após o fim do Estado Novo varguista, ingressou na sua fase de redemocratização. Nesse período o confronto ocorreu entre o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), partidos que representavam interesses oligárquicos e que entre si lutaram pela conquista da maioria absoluta dos votos. Conseqüentemente, para os especialistas, essa variável continuou presente na história pernambucana após o fim do regime militar. Em 1982 a disputa eleitoral foi polarizada entre o PMDB e o PDS, em 1986 e 1990 entre o PMDB e o PFL e mais recentemente em 1994, entre o PFL e o PSB.

Com relação à clivagem ideológica, segundo Azevedo (1990:2) esta se encontra presente "na competição democrática regional desde o final da década de 50, quando o estado passa por um período político e socialmente agitado com a emergência dos movimentos camponeses e a inclusão, na agenda política, da questão desenvolvimentista, nacionalista e reformista". Nessa fase, que antecede ao golpe militar de 1964, Pernambuco viveu um clima de efervescência política com a crescente agitação e manifestação das classes trabalhadoras.

Além das ligas camponesas que representaram a luta dos foreiros, rendeiros e sitianteiros contra os usineiros, ficou notória, a participação dos trabalhadores urbanos que incorporaram com mais intensidade as manifestações de ordem trabalhista, sobretudo, as que estavam relacionadas com os aumentos salariais. Apesar desta especificidade, este processo reivindicatório colocado em marcha pelos trabalhadores pernambucanos, como escreve Jaccoud (1990:13), "incluía-se na questão mais geral da participação das classes trabalhadoras dentro dos limites da chamada 'democracia populista' que se desenvolveu no país entre 1945 a 1964".

O estado, neste período, também foi palco da atuação da "Frente do Recife", uma organização de esquerda nucleada por militantes do PCB que fora capaz de eleger por três vezes consecutivas (1955, 1959 e 1963), em disputas com oligarquias locais, o prefeito da capital e em 1962 o governador do estado, Miguel Arraes.

A partir desses acontecimentos, principalmente com as sucessivas vitórias alcançadas pela Frente do Recife, cujos alicerces de fundação encontram-se na atuação do movimento operário associado às lutas do Partido Comunista Brasileiro nos anos 30, ficou estabelecido na cultura política pernambucana, a idéia de confronto ideológico entre a "esquerda" e a "direita", cultivada por intelectuais como Barros 1965; Callado 1979; Chacon 1964 e Cavalcanti 1980. Todos alimentando a imagem de crescimento e fortalecimento das "esquerdas" que se opunham política e eleitoralmente aos métodos de ação clientelista oriundos da "direita".

Terminado o regime militar, apesar de todas as modificações que ocorreram na história política brasileira, a idéia do confronto persistiu polarizando nas eleições a governador do estado as candidaturas de Marcos Freire e Roberto Magalhães em 1982, Miguel Arraes e José Múcio em 1986, Jarbas Vasconcelos e Joaquim Francisco em 1990 e Gustavo Krause e Miguel Arraes em 1994. Esta polarização estendeu-se ainda à disputa presidencial que envolveu em 1989, Luís Inácio "Lula" da Silva (PT) e Fernando Collor de Melo (PRN) e em 1994, Fernando Henrique Cardoso (PSDB/PFL) e Lula.

Os quadros I e II mostram com certa nitidez a força eleitoral da UDN e PSD sobre os demais partidos no período entre 1945 a 1964 e posteriormente, já no atual sistema partidário, as disputas acirradas entre os candidatos do PMDB e PDS (1982); PMDB e PFL (1986 e 1990); PFL e PSB (1994). O primeiro quadro revela ainda a hegemonia do PSD que, por quatro vezes consecutivas, (1947, 1950, 1952 e 1954) elegeu os governadores do estado, transformando Pernambuco num caso singular em relação às outras Unidades da

Federação.³ A UDN embora só tenha chegado ao poder em 1958, já que as eleições de 1952, onde participa apoiando um candidato pessedista, ocorreram a partir de um acordo de cúpula entre as duas agremiações com a finalidade de terminar o mandato do governador Agamenon Magalhães (que falecera no exercício do cargo) foi sem dúvida a única agremiação capaz de competir eleitoralmente com o PSD. Os demais partidos quando lançaram candidatos conseguiram apenas votações inexpressivas, exceto, nos casos em que receberam o apoio ou serviram de abrigo para algumas lideranças desses partidos. Os exemplos mais notórios foram a eleição de Arraes (PST) em 1962, apoiado pelo pessedismo e a vitória para o Senado, em 1954, de Jarbas Maranhão que por conflitos internos deixou o PSD para disputar as eleições pelo Partido Social Trabalhista (PST).

³ Apesar do PSD ter vencido quatro eleições consecutivas o sistema não foi classificado como de partido predominante porque havia a expectativa durante as campanhas, de que a UDN pudesse ganhar as eleições. A margem eleitoral entre os dois partidos foi sempre pequena.

**QUADRO I - ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR
PERNAMBUCO (1945-1994)
(%)**

ANO	ELEITO	CONCORRENTE
1947	Barbosa Lima Sobrinho (PSD - 37,8%)	Neto Campelo (UDN - 37,6%) Pelópidas Silveira (PSB - 23,9%) Eurico Souza Leão (PR - 0,7%)
1950	Agamenon Magalhães (PSD - 51,3%)	João Cleofas (UDN - 48,7%)
1952	Etelvino Lins (PSD/UDN - 78,6%)	Osório Borba (PSB - 21,4%)
1954	Cordeiro Farias (PSD - 54,0%)	João Cleofas (UDN - 46,0%)
1958	Cid Sampaio (UDN - 59,7%)	Jarbas Maranhão (PSD - 40,3%)
1962	Miguel Arraes (PST - 47,9%)	João Cleofas (UDN - 45,6%) Armando Monteiro (PRT - 6,6%)
1982	Roberto Magalhães (PDS - 46,8%)	Padre Melo (PTB - 0,4%) Marcos Freire (PMDB - 41,8%) Manoel da Conceição (PT - 0,2%)
1986	Miguel Arraes (PMDB - 53,5%)	José Múcio (PFL - 34,3%)
1990	Joaquim Francisco (PFL - 53,3%)	Jarbas Vasconcelos (PMDB - 46,8%)
1994	Miguel Arraes (PSB - 62%)	Gustavo Krause (PFL - 38%)

Fontes: Azevedo (1990) e Pandolfi (1984).

Obs: Este quadro não inclui as eleições do período autoritário (1964 - 78). Por ordem dos militares o sistema de partidos passou a ser bipartidário e os governadores nomeados pelas Assembléias Legislativas dos estados.

**QUADRO II - SENADORES ELEITOS
PERNAMBUCO (1945-1994)
LEGENDAS**

ANO	ELEITOS
1945	Etelvino Lins (PSD) Antônio Novais Filho (PSD)
1950	Apalônio Salles (PSD)
1954	Antônio Novais Filho (PSD) Jarbas Maranhão (PST - UDN)
1958	Antônio Barros Carvalho (PTB - UDN)
1962	José Ermírio de Moraes (PTB - PTN) Francisco Pessoa de Queiroz (UDN - PR)
1966	João Cleofas (ARENA)
1970	Paulo Guerra (ARENA) Wilson Campos (ARENA)
1974	Marcos Freire (MDB)
1978	Nilo Coelho (ARENA)*
1982	Marco Maciel (PDS)
1986	Mansueto de Lavor (PMDB) Antônio Farias (PMB - PMDB)
1990	Marco Maciel (PFL)
1994	Carlos Wilson (PSDB - PFL) Roberto Freire (PPS - PSB)

Fontes: Azevedo (1990) e Pandolfi (1984)

* Com a criação da figura do "senador biônico" a partir de uma alteração na legislação eleitoral, apenas dois terços do Senado Federal passou a ser escolhido através de eleições diretas.

Esquerda X Direita ou Governo X Oposição?

As evidências históricas expostas acima confirmam que, desde o surgimento dos partidos nacionais em 1945, até os dias atuais, o formato partidário pernambucano tem se configurado realmente num quadro caracterizado pela presença eleitoral mais efetiva de apenas duas agremiações que obrigaram as demais - sem o mesmo prestígio político e sempre desempenhando papéis secundários - a gravitarem em torno delas nos embates eleitorais realizados no estado. Neste sentido, seria equívoco da minha parte discordar da tese do bipartidarismo apontada pelos analistas. Entretanto, se por um lado concordo com este exame, o mesmo não posso fazer com o de confronto ideológico. Sem negar que em campanhas eleitorais existam elementos como o discurso político que identificam a postura ideológica de determinados candidatos seja à direita ou à esquerda do espectro partidário, na minha opinião, é insuficiente a tese de polarização ideológica à medida que não explica as diversas composições políticas, muitas vezes espúrias, feitas pelos candidatos em disputas majoritárias. Um reexame do jogo político estadual mostraria que em determinados momentos foram realizados acordos que por trás do mito "esquerda" versus "direita" não foram devidamente questionados. Com isso, afirmo mais concretamente que se fizermos uma retrospectiva dos principais pleitos ocorridos em Pernambuco, observaremos que esses campos ideológicos não são tão claros e antagônicos quando se trata de alianças e coligações eleitorais. Acredito que do ponto de vista das alianças eleitorais articuladas pelos candidatos, não podemos falar em divisão ideológica entre "esquerda" e "direita", mas, sim, numa lógica de confronto entre "governo" e "oposição", onde a luta política reside no enfrentamento entre os que controlam a máquina política do estado e os que estão fora do poder, articulando apoio para derrubar o "bloco" dominante. Como assinala Sartori (1982:221), o que dá equilíbrio e oscilação às forças políticas em disputas desta natureza é a tática da competição partidária, que transforma os partidos em agências agregativas "que mantém sua quase igualdade competitiva pela fusão do maior número possível de grupos, interesses e reivindicações". Pernambuco tem um

formato bipartidário porque obedece a esta lógica de competição política marcada pela existência de apenas dois "polos de atração" a despeito da presença de outras agremiações partidárias. Ainda sobre a tese de divisão ideológica, acredito que esta se enfraquece à medida que observamos, numa rápida descrição, o apoio do PCB, em 1954, à candidatura do latifundiário João Cleofas que em 1947, votou a favor pela cassação do Partido Comunista da cena eleitoral brasileira e também os acordos realizados pela Frente do Recife com a UDN em 1958 e representantes do PSD em 1962. Como veremos a seguir, a esquerda pernambucana, que ao nível do discurso sempre colocou-se em oposição aberta às oligarquias, foi capaz de atrelar, nesses períodos eleitorais, seu projeto político aos interesses da burguesia açucareira e dos velhos setores agrários, dominantes no estado.

As Alianças da Esquerda: 1958 e 1962

Em 1958, numa coligação conhecida como "Oposições Unidas", a Frente do Recife lançou o socialista e ex-prefeito da capital Pelópidas Silveira para disputar o cargo de vice-governador na chapa do industrial e usineiro Cid Sampaio.⁴ "Usineiro por nascimento" (Miranda 1991: 20), Sampaio, presidente do Centro das Indústrias de Pernambuco que havia liderado, dois anos antes, um amplo movimento contra a reforma tributária proposta pelo então governador do PSD, General Cordeiro de Farias, recebe o apoio incondicional do Partido Comunista Brasileiro, inclusive com a presença do "Cavaleiro da Esperança" Luís Carlos Prestes que veio a Recife participar de sua campanha. O PCB, que via neste industrial um aliado importante para a defesa de suas teses nacionalistas e desenvolvimentistas, atuou de forma significativa para torná-lo, do ponto de vista eleitoral, um nome bastante conhecido junto à classe trabalhadora. Graças a esta promoção, o candidato cujo discurso de campanha passava pela moralização da política e desenvolvimento econômico de Pernambuco diante do crescimento das economias do Centro-Sul, desfrutou do

⁴ Neste período a disputa para o cargo de vice-governador ocorria através do voto direto e de forma independente.

apoio majoritário de quase todos os sindicatos urbanos, que passaram a vê-lo como uma espécie de "redentor do estado". A sua candidatura era apresentada no discurso como nova e progressista, capaz de acabar com todos os atrasos, econômicos e sociais, da região. Atrasos esses, que já haviam sido mostrados pelas esquerdas de Pernambuco no Congresso de Salvação do Nordeste - conclavo, suprapartidário, que foi o ponto de partida para a criação da SUDENE em 1959. Neste congresso procurou-se, como o próprio nome sugere, realizar uma avaliação das debilidades estruturais que aflingiam o povo do Nordeste, reivindicando do Governo Federal medidas eficazes para solucionar problemas como seca, analfabetismo, alimentação, saúde e principalmente a falta de uma política de industrialização que provocava uma migração em massa para o Sudeste do país.

O curioso neste "aperto de mãos" entre a Frente do Recife e o candidato udenista Cid Sampaio é que esta aliança, como observa Soares (1982:75), representava o inverso do que ocorria na esfera federal. "A UDN, inimiga principal da esquerda e das correntes desenvolvimentistas a nível nacional, era aqui a grande aliada, enquanto o PSD até certo ponto um aliado nacional, era em Pernambuco o principal adversário".

Galvanizada a esperança na industrialização e modernização, aliás, interessante se levarmos em consideração que este projeto estava "materializado" num membro da elite usineira, que nunca havia compartilhado com idéias socialistas, Cid Sampaio, no somatório geral, obtém um excelente resultado, ganhando com relativa facilidade o pleito de 1958. A sua margem de vitória, como podemos rever no Quadro I, ultrapassou a casa dos quinze pontos percentuais em relação ao outro concorrente, Jarbas Maranhão, candidato do PSD. Eleito, Sampaio procurou dar ênfase à ampliação e reestruturação do seu próprio partido, que pela primeira vez tornou-se poder em Pernambuco. A UDN, que durante toda a quadra democrática incorporou em suas fileiras a burguesia agroindustrial, afastada desde os anos trinta do alcance dos benefícios da máquina governamental, derruba a elite algodoeiro-pecuarista beneficiada pelo PSD (que por

mais de vinte anos dominou a política pernambucana). Com a vitória de Cid Sampaio, o sonho desta agremiação foi finalmente realizado. O PSD, principal oponente nas disputas partidárias, estava, com a ajuda da Frente do Recife, fora do poder.

De posse da máquina política, pressionado pelos seus aliados, o governador eleito abandona rapidamente os compromissos eleitorais assumidos com a esquerda. O seu governo, além de procurar destruir a elite pessedista no interior abrindo espaço para a sua oligarquia, realizou um acordo de cooperação com os Estados Unidos que nada tinha em comum com o movimento nacionalista defendido pela Frente do Recife.⁵ Em 1960 liderou no estado a campanha de Jânio Quadros à Presidência da República e por diversas vezes recebeu a colaboração do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)⁶ que em 1964 tornou-se um dos principais instrumentos da derrubada do regime constitucional, iniciado em 1945. Para concluir o que foi a administração Sampaio ressaltamos as observações de Brayner (1987:200): "o governo de Cid Sampaio significou uma monótona reedição de tudo que tinha sido o exercício da política no estado: violências policiais, protecionismo político, empreguismo, prisões de líderes estudantis e sindicais, corrupção administrativa e todas estas práticas de administração da coisa pública a que já nos acostumamos".

Em 1962, a Frente do Recife, já portadora de um prestígio político suficiente para disputar uma eleição no plano estadual majoritário, lançou o nome de Miguel Arraes para concorrer à vaga de governador de Pernambuco. Arraes, na ocasião exercia o cargo de prefeito da cidade do Recife e sendo um sábio conhecedor da política local, articulou uma aliança com os antigos coronéis do PSD, através do fazendeiro e deputado estadual Paulo Guerra a quem convidou para disputar o cargo de vice-governador em sua chapa. A Frente do Recife, com sua política de alianças, não se opôs à coligação com os velhos setores oligárquicos, que nas eleições anteriores eram

⁵ Sobre o acordo econômico de Sampaio com o governo americano ver Aguiar (1987: 34).

⁶ O IBAD canalizava recursos financeiros para impulsionar grupos e manifestações políticas contra a esquerda. Sobre as ações do IBAD ver Dreifurs (1981) e Skidmore (1979: 282).

acusados, por esta mesma frente, de impedir o desenvolvimento econômico e social do estado.

Miguel Arraes, "um mestre na política de alianças", como observou Tavares (1987:04), costurou apoios e compromissos com seus antigos correligionários (até 1954 Arraes pertencia ao PSD) diante da forte oposição desenvolvida pelos chefes políticos interioranos em relação à administração do governador Cid Sampaio que não lhes permitiu ter nenhum acesso à máquina administrativa estadual. Os coronéis, habituados a mandar e desmandar em seus municípios, nas palavras de Barros (1965:77) "não colocaram a questão eleitoral em termos de subversão ou democracia; preferiram lutar no estilo tradicional, contra aqueles que lhes tiraram os cartórios, os delegados de polícia, os juizes de Direito, os delegados do imposto de vendas e consignações - enfim, o prestígio que sempre desfrutaram. Lutar para reestabelecer a situação anterior a 1959. E nada mais".

O PSD, afastado do exercício do poder, com a derrota sofrida por Jarbas Maranhão em 1958 e vivenciando uma violenta crise interna, não tinha condições eleitorais de disputar o pleito a nível majoritário. Sem um candidato consensual, capaz de unificar as bases do partido, os pessedistas decidiram colocar em aberto a questão sucessória. Os filiados estavam livres para apoiar na disputa a governador os candidatos de suas preferências. Esta decisão facilitou ainda mais os entendimentos e aproximações entre Miguel Arraes e a elite algodoeiro-pecuarista que, como vimos, por questão de sobrevivência política, queria derrotar o candidato João Cleofas apoiado pelo governador udenista.

Firmado o acordo com Paulo Guerra, que se tornava uma das principais lideranças do PSD, a Frente do Recife passou a contar com a colaboração da ala majoritária deste partido, que também, por "ironia política", era a mais conservadora. O interessante é que os coronéis passaram a ser responsáveis, neste pleito, pela densidade eleitoral do candidato das esquerdas no interior do estado. Sem o apoio do pessedismo conservador dificilmente o progressista Arraes

teria vencido as eleições de 1962, vitória essa que ocorreu com um baixo percentual dos votos, 2,3% (rever Quadro I).

A aliança entre o PSD e o núcleo central da Frente do Recife, formado pelo PCB, embora tenha sido em 1962 mais consistente, não foi a única na história eleitoral desses dois partidos. Nas eleições de 1947, os comunistas e pessedistas uniram-se para sufragar candidatos em comum acordo em diversos municípios pernambucanos. No mesmo período, nas eleições complementares para a Assembléia Legislativa, realizadas por decisão da nova Constituição Estadual que estabeleceu a criação de dez novas vagas para o parlamento, o PSD incluiu em sua chapa três dos mais importantes militantes do Partido Comunista Brasileiro (que se encontrava na ilegalidade): Nelson Higino da Luz Monteiro, Paulo Cavalcanti e Cassimiro Pereira da Silva (Lavareda 1986:78).

Voltando ao processo eleitoral de 1962, Miguel Arraes, apoiado por quase todos os sindicatos e associações trabalhistas existentes em Pernambuco, tinha como principal adversário João Cleofas (UDN) que recebia recursos financeiros do IBAD, e procurou, sem bases ideológicas, compor uma outra aliança que pudesse, talvez, na mesma proporção, custear sua campanha eleitoral. O escolhido foi José Ermírio de Moraes, um dos maiores empresários do país o qual disputou, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, a vaga referente ao Senado Federal. Como observou Skidmore (1979:282) este industrial "nacionalista", dono de Usinas de Açúcar, terras, fábrica de cimento, cerâmicas e pedreira de calcário⁷, "concedeu uma generosa ajuda financeira à campanha de Arraes em troca de seu endosso à candidatura senatorial 'petebista' por Pernambuco".

Sustentada política e financeiramente por segmentos das elites, a candidatura Arraes definiu-se por um discurso populista e nacional-reformista. No debate reformista enfocou os velhos problemas da região traduzidos pelo subdesenvolvimento. E em tom populista passou a considerar-se não apenas como representante do povo, mas,

⁷ Sobre os bens econômicos de José Ermírio de Moraes em 1962 ver Dreifurs (1981:332)

o próprio povo no poder. Esta identificação com a população (principalmente com os mais humildes) que ficou simbolizada na figura do candidato "Zé Ninguém" (um dos slogans da sua campanha), levou Arraes à ressaltar a importância das massas na conjuntura nacional e o seu papel fundamental na escolha dos novos representantes, que poderiam permanecer ou modificar as condições econômicas e sociais existentes em Pernambuco. Assim expressava-se o candidato Miguel Arraes em discurso:

Pernambucanos:

Esta campanha é um divisor de água. De um lado, estão os acomodados. Os retrógrados. Os que inconsciente ou conscientemente, de maneira ostensiva ou dissimulada, são inimigos do progresso social. Do outro lado, os inconformados. Os que se batem generosamente por melhores dias para sua terra e sua gente. Para Pernambuco e seu povo.

Cabe a todos nós escolher: ou deixar Pernambuco nas mãos de grupos políticos ultrapassados, que já não tem uma mensagem a transmitir; ou confiar o nosso Estado aos que, enfrentando uma desesperada coligação de interesses, lutam arrojadamente contra o atraso, a miséria, a fome, a doença, o desemprego, o analfabetismo (Jornal Última Hora - NE, 01/10/1962:4-5 In: Souto 1989:178).

Desta forma, o candidato da Frente do Recife seduzia o eleitorado urbano, que em momento algum pareceu ter questionado os acordos eleitorais realizados por este candidato com as oligarquias rurais.

Em 1963, o coronel Chico Heráclio, da cidade de Limoeiro localizado no Agreste pernambucano, um dos latifundiários que apoiou o candidato da esquerda, manifestou a seguinte opinião a respeito das ligas camponesas, que chegaram a polarizar, com suas reivindicações de caráter redistributivo, o cenário político nacional. Dizia Heráclio:

Uma vergonha para o Brasil é essa tal liga camponesa. Considero fonte do maior banditismo. Vive ela a espalhar a desordem, a intranquilidade e o terror para, desta maneira, conseguir tudo de mão beijada. Dizem que há grupos de camponeses chefiados por padre. É o caso de perder a esperança de pegar dias melhores (Jornal do Comércio. 08/01/1963 In: Vilaça e Albuquerque 1965:121).

Essa opinião de Chico Heráclio, compartilhada por outros coronéis, como, por exemplo, Chico Romão:

Mas liga é como uma epidemia vem pegando em tudo e talvez não tarde a aparecer aqui. Só que, nossa reação é bala. Bala muito. O Sertão não é brinquedo (Vilaça e Albuquerque 1965:56).

reflete em certa medida os conflitos que passaram a existir entre Miguel Arraes e Paulo Guerra já no exercício do mandato. O vice-governador, meses depois de ser eleito, aproximou-se dos militares através do ex-comandante do IV Exército com sede no Recife General Castelo Branco e passou a articular com os membros da UDN (preocupados com as idéias reformistas que pulverizava a política brasileira) o bloco de oposição que ofereceu forte resistência ao governador no comando do estado, e que, em 1964, conspirou para a sua derrubada. Resultando, como recompensa dos golpistas a Paulo Guerra, o Governo de Pernambuco.

Se compararmos por último o discurso da Frente do Recife em relação aos seus aliados e adversários, nas eleições de 1958 e 1962, observaremos por parte da esquerda uma mudança de opinião significativa em função das alianças políticas articuladas. Em 1958 respondendo às colocações de Jarbas Maranhão, candidato pessedista que procurou convencer os trabalhadores a não votar em um usineiro, a Folha do Povo - jornal editado pelos comunistas - publicou o seguinte artigo: "*A classe operária e a burguesia na luta pelo progresso*"

Um dos temas mais em exploração por parte dos políticos situacionistas continua a ser o superado Slogan de 1954 "o povo não votará em usineiro"(...)

Apesar de toda a conhecida experiência popular, em matéria eleitoral, os situacionistas insistem nessa velharia, visando diretamente atingir a classe operária, como eleitorado.

Suscitando a questão do "usineiro", insinuem o patrão, pretendendo desta forma, explorar o ódio de classe não a serviço da classe operária, é claro, mas dos latifundiários mais retrógrados e dos agentes imperialistas, de quem se faz portador o etelvinismo.

A classe operária de Pernambuco porém, dotada de excepcional combatividade política, tantas vezes comprovadas nos duros embates de classe, saberá mais uma vez desbaratar as artimanhas dos seus exploradores e escolher como candidatos à governância aqueles cujo programa leve em consideração os interesses da classe operária.

(...) Por isto, a classe operária votará sem medo no usineiro Cid Sampaio, tão interessado quanto ela, na industrialização de nossa terra, na elevação do padrão de vida das massas trabalhadoras, única forma de poder subsistir e progredir a indústria regional.

Elevando o seu nível da unidade e organização e mantendo-se em plena atividade política, não tem porque temer os trabalhadores dessa aliança com a burguesia (Morais 1959:162).

Na eleição seguinte, com a inversão dos aliados e com os adversários ao Governo do Estado, todos usineiros, a Frente do Recife muda radicalmente o discurso. No pleito de 1962 utiliza o antigo argumento pessedista contra a elite açucareira: "com o povo usineiro não pode". Este discurso despertava o sentimento anti-usina por parte do eleitorado pernambucano e pode ser melhor entendido, na literatura de cordel (típica do folclore nordestino) usada na campanha de Miguel Arraes e exposta na obra do comunista Paulo Cavalcanti (1978:302).

*"Passe fome, frio e sede
Vá a pé pra Juazeiro
Falte sal dentro de casa
Falte gás no candeeiro
Arengue com a esposa
Vá dormir no galinheiro
Depois de ensaboado
Falte água no banheiro
Com medo de um boi brabo
Se suba até num facheiro
Passe seis noites de sono
No bolso nenhum dinheiro
Faça tudo neste mundo
Mas não vote em usineiro".*

Considerações Finais

O quadro de aproximação entre políticos da "esquerda" com elementos da "direita" não se restringiu apenas aos períodos eleitorais anteriores a 1964. Os pleitos realizados depois do regime militar foram marcados também por acordos políticos desta natureza. Nas eleições para o governo estadual de 1982 Marcos Freire (PMDB), apoiado por quase todas as organizações de esquerda, excetuando o Partido dos Trabalhadores que lançou candidato, fez composição eleitoral com o ex-udenista e passagem na ARENA Cid Sampaio, que disputou pelo partido oposicionista a vaga de senador. E no jogo eleitoral de 1986 e 1994 o socialista Miguel Arraes maximizando seus ganhos eleitorais e minimizando o apoio político do adversário, PFL, costurou acordos com lideranças de pouca ou nenhuma identificação ideológica de esquerda, firmou alianças com políticos conservadores egressos da ARENA, PDS e PFL que ao lado do PMDB, PCB/PPS, PSB, PDT, PC do B e PT formaram o bloco de oposição que disputou nestas eleições o poder político estadual.

Concluindo minha argumentação, afirmo que as eleições examinadas neste trabalho, longe de confirmar a "existência de blocos

muito nítidos situados à esquerda e à direita do espectro político-eleitoral”, como supõe o senador Roberto Freire⁸, comprovam do ponto de vista das alianças eleitorais que a tese de polarização ideológica não é suficientemente correta, a ponto de fazer de Pernambuco um caso singular na política brasileira.

Bibliografia

AGUIAR, Roberto Oliveira de. A Frente do Recife e o Populismo em Pernambuco. Recife: **Revista Comunicações**, PIMES/UFPE, 1987. número 30.

AZEVEDO, Fernando A. **A Dinâmica Política e a Competição Partidária em Pernambuco, 1945-1989**. São Paulo: IDESP, 1990. mimeo.

BARROS, Adirson. **Ascensão e Queda de Miguel Arraes**. Rio de Janeiro: Equador, 1965.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. Alguns Aspectos da Relação entre o Partido Comunista e a Frente do Recife (1956/1964). In: REZENDE, Antônio P. (org). **Recife: que História é essa?** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987.

CALLADO, Antônio. **Tempos de Arraes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CAVALCANTI, Paulo. **O Caso Eu Conto Como o Caso Foi**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

_____. **O Caso Eu Conto Como o Caso Foi**. Recife: Guararapes, 1980. vol. 2.

⁸ As colocações de Roberto Freire (PPS-PE), sobre a existência de blocos nítidos em Pernambuco, encontram-se na avaliação eleitoral do Partido Comunista Brasileiro, publicada em 1990.

CHACON, Vamirehi. **As Eleições de Outubro de 1962: Pernambuco.** In: CAVALCANTI e DUBMA (orgs). **Comportamento Eleitoral no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto de Direito Público e Privado, FGV, 1964.

DREIFURS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado.** Petrópolis: Vozes, 1981.

FREIRE, Roberto. **Os Comunistas e as Eleições - 90 em Pernambuco: uma avaliação.** Recife: PCB/PE, 1990. prefácio.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco, 1955-1968.** Recife: Massangana, 1990.

LAVAREDA, Antônio. **A Exclusão dos Comunistas e o Pleito de Outubro de 1987,** In: ____ e Sá, Constança (orgs). **Poder e Voto: Luta Política em Pernambuco.** Recife: Massangana, 1986.

MIRANDA, Edson. **Chapéu-de-Palha: o Segundo Governo Arraes.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1991.

MORAIS, Clodomir. **Queda de Uma Oligarquia.** Recife: Gersa, 1959.

PANDOLFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon Magalhães.** Recife: Massangana, 1984.

REIS, Antônio C. Palhares. **Realidade Eleitoral Brasileira.** Recife: GTB, 1982.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SILVA, Benedito (org). **Dicionário de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: FGV/MEC, 1988.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o Governo de Arraes: Nacionalismo em Crise (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUTO, Eliezer Queiroz de. **"O Discurso de Miguel Arraes como Reflexo de um Projeto Político: uma visão retórica e gramsciana"**, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFPE, 1989. mimeo.

TAVARES, Cristina. **Eleições em Pernambuco**. Recife: Centro Teotônio Vilela, 1987.

VILAÇA, Marcos Vinícios e ALBUQUERQUE, Roberto C. **Coronel, Coronéis**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.